

Porque estamos em **GREVE** e solicitamos o **apoio** da população!

Prezados munícipes, vimos por meio desta, esclarecermos e justificarmos a GREVE que ocorre nas escolas municipais da rede direta da cidade de São Paulo. Nós que trabalhamos na área da educação paulistana (professoras, professores, gestores/as e os profissionais do quadro de apoio da educação), estamos neste mês de março numa árdua luta para evitar que a Reforma da Previdência Municipal seja aprovada. A votação do projeto 621/2016, conhecido como SAMPAPREV ou "SAMPADORIA", passou a ser prioridade para o prefeito João "Trabalhador". Doria quer ver a proposta aprovada antes de abandonar a prefeitura para concorrer nas próximas eleições como governador do Estado. Os servidores públicos municipais de São Paulo, repudiam e exigem a retirada desse projeto, que a exemplo da proposta da Reforma da Previdência de Temer, prejudica e retira direitos dos trabalhadores. Caso o projeto seja aprovado, os servidores terão descontos em seus salários elevada a alíquota dos atuais 11% para até 19%, o que somado ao Imposto de Renda (27,5), resultará em quase metade dos nossos salários. O prefeito justifica a necessidade da aprovação do projeto com números que já foram questionados pelo próprio TCU (Tribunal de Contas do Município) e que exigimos sejam auditados. Doria ainda tem divulgado salários pagos aos professores que não condizem com a realidade. Sugerimos aos munícipes conferirem os holerites dos servidores municipais, em especial, os dos professores/as.

Trabalhamos em duas ou mais escolas e por vezes realizamos outros afazeres para complementarmos nossa renda para garantirmos o sustento de nossas famílias. Ao longo da nossa carreira, realizamos diversos cursos como: especializações, mestrado, doutorado, para evoluirmos na carreira do magistério, com investimentos próprios. Os nossos esforços também resultam na melhoria da qualidade da educação pública ofertada para bebês, crianças, adolescentes, jovens e adultos, alunos da rede municipal. Exercemos o magistério com salas superlotadas, sem condições adequadas de trabalhos, e estamos submetidos a violências morais, psicológicas e físicas, em muitas ocasiões. Nem por isso, deixamos de realizar nosso trabalho com afinco, em respeito aos nossos queridos alunos e à população que, como nós, é pagadora de impostos. O Brasil é um dos países que paga os piores salários para professores. Não aceitamos afirmações de que somos privilegiados. Solicitamos à população, comparem os nossos salários com os salários pagos também com o dinheiro público, aos parlamentares, prefeitos, secretários municipais, prefeitos regionais, governadores, secretários estaduais, presidente da República, ministros de estado, presidentes de empresas estatais, judiciário, e procuradores do ministério públicos e conselheiros de tribunais de contas. Sem contar que alguns dos citados, contam com convênio médico/odontológico familiar, motorista particular, assessorias, passagens aéreas, aposentadorias especiais mesmo quando cometem crimes e uma maioria até auxílio moradia, entre outras vantagens.

Os servidores públicos não aceitam mais serem taxados para a sociedade como marajás e privilegiados. Passamos em concursos públicos difíceis e não contamos com as mordomias citadas acima. Quando vamos para manifestações, nas quais exigimos de forma legítima, que haja melhorias salariais e nos contrapomos às tentativas de retirada de direitos, somos tratados com truculência (gás de pimenta, bombas de gás lacrimogênio, e ainda por cima, agressões com cassetetes e balas de borracha), que provocam ferimentos, como ocorreu na manifestação realizada na Câmara Municipal no dia 14 de março deste ano. Estamos em greve, não por aumento de salários, e sim para evitarmos o confisco de parte dele. Não estamos brigando por auxílio moradia, como alguns. Milhares de professores, sequer possui casa própria. Pagamos aluguéis absurdos, ou quando não, entramos em financiamentos de 30 anos ou mais. Nos entristece muito termos que interromper os serviços educacionais, esperamos que o mais breve possível o SAMPAPREV, seja retirado, e o governo municipal assumira a sua responsabilidade e garanta um sistema de Previdência municipal, que não confisque salário e retire direitos adquiridos. Para tanto, basta cobrar as vultuosas dívidas dos bancos e empresas que sonham as taxas municipais todos os anos. Finalizamos esses esclarecimentos mais uma vez nos desculpando pela interrupção do atendimento com o compromisso de repormos, como sempre, após o término da greve as aulas para nossos alunos. Pedimos o seu apoio para mais essa luta e esperamos a sua adesão a campanha

#SEVOTARNÃOVOLTA

#NÃOBATANOMEUPROFESSOR

Mandem mensagens para o prefeito João Doria solicitando a retirada do PL 621/16.

<https://www.facebook.com/jdoriajr/>

E para os vereadores/as caso o projeto não seja retirado, solicitando votarem contra o PL 621/16.

<http://www.camara.sp.gov.br/fale-conosco/formulario-de-contato/>

Agradecemos a compreensão e o apoio de todos/as.

NENHUM DIREITO
A MENOS
NENHUM DESCONTO
A MAIS

SEDIN

SINDICATO DOS EDUCADORES DA INFÂNCIA

Sempre na Luta



Central dos Trabalhadores
e Trabalhadoras do Brasil